

Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Balanços patrimoniais.....	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
Fax: +55 85 3392-5659
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Diretores da
Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza (CE), 31 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

A handwritten signature in blue ink, consisting of several overlapping loops and lines, appearing to be the name 'Thiago Alexandre de Souza Silva'.

Thiago Alexandre de Souza Silva
Contador CRC-PE021265/O

Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A**Balço patrimonial**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2025	2024	Passivo	Notas	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.155	831	Fornecedores	8	1.168	359
Fundos vinculados	5	-	2.554	Obrigações tributárias		39	28
Contas a receber	6	2.230	1.145	Imposto de renda e contribuição social a recolher		168	84
Despesas pagas antecipadamente		219	141	Dividendos a pagar	15	924	924
Partes relacionadas	15	2.200	4.410	Partes relacionadas	15	3.113	12.575
Total do ativo circulante		6.804	9.081	Total do passivo circulante		5.412	13.970
Não circulante				Total do passivo			
Fundos vinculados	5	1.506	-			5.412	13.970
Total do realizável a longo prazo		1.506	-	Patrimônio líquido			
Imobilizado	7	98.123	126.104	Capital social	9	116.947	118.247
Intangível		60	-	Prejuízos acumulados	9	(15.866)	-
Total do ativo não circulante		99.689	126.104	Reservas de lucros	9	-	2.968
Total do Ativo		106.493	135.185	Total do patrimônio líquido		101.081	121.215
				Total do passivo e patrimônio líquido		106.493	135.185

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Receita operacional líquida	10	21.170	8.392
Custos de operação	11	(14.717)	(3.930)
Lucro bruto		6.453	4.462
Despesas gerais e administrativas	12	(701)	(300)
Perda por redução ao valor recuperável (impairment)	7	(24.021)	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(1)	7
(Prejuízo) lucro antes das receitas e despesas financeiras		(18.270)	4.169
Receitas financeiras		188	4
Despesas financeiras		(36)	(6)
		152	(2)
(Prejuízo) lucro antes dos tributos sobre o lucro		(18.118)	4.167
Imposto de renda e contribuição social	13	(716)	(254)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(18.834)	3.913

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	<u>(18.834)</u>	<u>3.913</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente total	<u><u>(18.834)</u></u>	<u><u>3.913</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Capital Social		Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total
	Capital subscrito	Capital a integralizar	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	101	(56)	-	-	(21)	24
Cessão do imobilizado (nota 7.b)	128.182	-	-	-	-	128.182
Aumento de capital	2.534	-	-	-	-	2.534
Redução de capital	(12.570)	-	-	-	-	(12.570)
Integralização de capital	-	56	-	-	-	56
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.913	3.913
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(924)	(924)
Constituição de reserva legal	-	-	195	-	(195)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	2.773	(2.773)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	118.247	-	195	2.773	-	121.215
Aumento de capital	1.500	-	-	-	-	1.500
Redução de capital	(2.800)	-	-	-	-	(2.800)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(18.834)	(18.834)
Absorção de prejuízos pela retenção de lucros	-	-	-	(2.773)	2.773	-
Absorção de reserva legal	-	-	(195)	-	195	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	116.947	-	-	-	(15.866)	101.081

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A**Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Resultado antes dos tributos		(18.118)	4.167
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de			
Atividades operacionais:			
Depreciação	7	4.009	2.338
Baixa de imobilizado	7	-	1
Outras receitas financeiras		(188)	(4)
Perda por redução ao valor recuperável (impairment)	7	24.021	-
Lucro (prejuízo) ajustado		9.724	6.502
Redução (aumento) nos ativos:			
Contas a receber		(1.085)	(1.145)
Adiantamento a fornecedores		-	4
Despesas pagas antecipadamente		(78)	(141)
Aumento (redução) nos passivos:			
Fornecedores		809	355
Tributos a recolher		11	28
Caixa gerado pelas atividades operacionais		9.381	5.603
Pagamento de IR e CS		(632)	(170)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		8.749	5.433
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras e fundos vinculados		1.236	(2.550)
Aquisição ao ativo imobilizado	7	(49)	(257)
Aquisição de intangível		(60)	-
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		1.127	(2.807)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Partes relacionadas	15	(10.052)	(4.405)
Aporte/ Integralização de capital	9	1.500	2.590
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(8.552)	(1.815)
Aumento no caixa e equivalentes		1.324	811
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	831	20
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	2.155	831
Aumento no caixa e equivalentes		1.324	811

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

a. Constituição e capacidade produtiva

A Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Avenida das Nações Unidas, 14.171, - 15º andar, Torre Ebony Tower, Edifício Rochaverá, Vila Gertrudes, capital do estado de São Paulo.

Constituída em 29 de novembro de 2021, a Companhia tem por principal objeto social a implementação e exploração de ativos de geração de energia elétrica de fontes renováveis, com suas atividades de geração distribuídas no estado do Piauí. A Companhia é Produtora Independente de Energia Elétrica, tendo autorização do Poder Concedente, conforme definido na Lei nº 9.074/95.

A controladora direta da Companhia é a Ribeiro Gonçalves Holding S.A. a qual detém 100% de suas ações. A controladora final do Grupo é a Echoenergia Crescimento S.A.

A Companhia entrou em operação comercial em 23 de maio de 2024. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui capacidade instalada de 33,54 MWp médios, energizados ao longo de 2025.

As atividades do Grupo são fiscalizadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Os termos abaixo podem ser utilizados ao longo destas demonstrações financeiras de forma abreviada:

- ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
- CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

b. Projeto de geração solar

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui o seguinte contrato de venda de energia de longo prazo e autorização para exploração de energia solar:

Companhia	Outorga	Início Outorga	Final Outorga	Capacidade instalada (MWp médios)	Tipo de contrato (a)	Energia contratada a estimada (MWm)	Índice de reajuste	Mês de reajuste
Ribeiro Gonçalves VII	9156/2020	21/08/2020	20/08/2055	33,54	ACL	9,9	IPCA	Abril

(a) A Companhia possui contrato com vigência de 22 anos.

c. Reforma tributária sobre o consumo

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023 que introduziu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pela Lei Complementar 214/2025 e Lei Complementar 227/2026, de 13 de janeiro de 2026. A reforma substituirá gradualmente o ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS por três tributos de base ampla sobre valor agregado: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). O IBS será de competência compartilhada entre Estados e Municípios, a CBS terá abrangência federal e o IS assumirá função regulatória, incidindo sobre bens e serviços específicos. A vigência plena está prevista para 2033, com fase de transição entre 2026 e 2032. Aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Até 31 de dezembro de 2025, não há impactos da reforma tributária nas demonstrações financeiras da Companhia. A Administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições forem estabelecidas.

Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d. **Lei nº 15.269/2025 – Novo marco regulatório do setor elétrico**

Em 24 de novembro de 2025, foi sancionada a Lei nº 15.269/2025, que altera o marco regulatório do setor elétrico e introduz modificações relevantes para a dinâmica de comercialização de energia, incluindo a abertura do mercado livre para clientes de baixa tensão, a instituição do Supridor de Última Instância (SUI), mecanismos de encargos associados à migração, alterações em autoprodução por equiparação e diretrizes sobre armazenamento.

Adicionalmente, destaca-se o estabelecimento de mecanismos de compensação financeira para cortes de geração de usinas eólicas e solares classificados como indisponibilidade externa ou confiabilidade elétrica, impondo tratamentos e fontes de receitas distintas tanto para o passado (período de 01/09/2023 a 25/11/2025) quanto para o futuro (após 25/11/2025). A possibilidade de ressarcimento, contudo, está condicionada à adesão do gerador a um termo de compromisso a ser firmado com o poder concedente, o que implica a desistência de eventuais ações judiciais relacionadas ao tema. O Ministério de Minas e Energia - MME submeteu a minuta do referido termo de compromisso à Consulta Pública nº 210/2025, abrindo prazo para contribuições até 16.01.2026. A Administração da Companhia acompanha a evolução desse processo regulatório e avalia os potenciais impactos operacionais, regulatórios e econômico-financeiros associados à implementação da nova legislação, tendo em vista a relevância dos valores associados às tipologias de corte de geração não contemplados no mecanismo de compensação. A decisão da Companhia em aderir ou não ao mecanismo de compensação proposto dependerá das regulamentações complementares que venham a ser editadas, de seus prazos de vigência e da forma como serão operacionalizadas no âmbito do setor elétrico.

Em 31 de dezembro de 2025, a Lei nº 15.269/2025 não gerou efeitos contábeis materiais nas demonstrações financeiras da Companhia, que exijam reconhecimento ou remensuração imediata de ativos e passivos, permanecendo os saldos contabilizados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2 **Base de preparação**

a. **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira (BR-GAAP) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considera as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 (R1), emitida pelo CPC divulgado em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 31 de março de 2026.

b. **Continuidade operacional**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de passivos financeiros conforme os prazos divulgados na nota explicativa 17.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu prejuízo de R\$ 18.834 (lucro de R\$ 3.913 em 31 de dezembro de 2024), os ativos circulantes excederam os passivos circulantes em R\$ 1.392 (capital circulante líquido negativo de R\$ 4.889) e apresentou geração de caixa nas atividades operacionais no montante de R\$ 8.749 (R\$ 5.433 em 31 de dezembro de 2024).

O resultado do exercício foi impactado, principalmente, pelo reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável (impairment) no montante de R\$ 24.021. Para maiores informações vide nota explicativa 7.

Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Assim sendo, a Administração da Companhia entende que suas operações são suportadas pela geração de caixa dos contratos de longo prazo firmados para fornecimento de energia, representando condições adequadas para cumprir as obrigações. A Administração concluiu que não existe grau de incerteza sobre a capacidade da Companhia continuar operando e liquidar seus passivos financeiros pelos próximos 360 dias.

c. Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelos seus valores justos por meio do resultado, quando requerido pelas normas.

d. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais, foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente

Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, exceto pelo teste de recuperabilidade do ativo imobilizado, não há estimativas contábeis que requerem nível de julgamento elevado. As premissas e estimativas significativas para as demonstrações financeiras estão demonstradas nas notas explicativas:

- Contas a receber - perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) (nota explicativa 6) – principais premissas sobre o risco de inadimplência e as taxas de perdas esperadas
- Imobilizado (nota explicativa 7) – aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis (nota explicativa 14) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Instrumentos financeiros (nota explicativa 16) – principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

3 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito.

Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A provisão para perdas com contas a receber de clientes é mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

A Companhia considera um ativo financeiro com problemas de recuperação quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma);
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias;
- Houver quebra de cláusulas contratuais;
- Há a reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Há a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- Houver o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

A Companhia não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros e não identificou ativos financeiros com problemas de recuperação. Adicionalmente, com relação às aplicações financeiras, a Companhia aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda em seu valor.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração avaliou a recuperabilidade de seus ativos não financeiros, tendo identificado indicativos de perda no ativo imobilizado. Diante disso, conforme requerido pelo CPC 01 (R1), a Companhia procedeu com análise de recuperabilidade desse ativo e concluiu que o valor contábil ("*carrying amount*") é superior ao valor em uso da sua UGC no montante de R\$ 24.021 (nota explicativa 7.c).

A Companhia não possui ativos com vida útil indefinida, incluindo ágio por expectativa de rentabilidade futura.

b. Benefícios fiscais

REIDI

A Companhia obteve habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI, instituído pela Lei nº 11.488/2007, que concede o benefício fiscal de suspensão das contribuições PIS (Contribuição para o Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura, conforme ato declaratório abaixo:

Empresa
Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.

Atos Declaratórios - Habilitação
Ato Declaratório Executivo N° 165 De 9 De Outubro De 2022

Vigência
08/10/2027

Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4 Novas normas e interpretações

Vigentes a partir de 01 de janeiro de 2025

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27 Contempla as alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	IAS 21	05/07/2024	01/01/2025	Sem impactos relevantes.
Orientação Técnica OCPC nº 10 A OCPC 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidencição de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	N/A	18/10/2024	01/01/2025	Sem impactos relevantes.
Pronunciamento Técnico CPCnº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPCnº 09 (R3) As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.	IAS 28	02/08/2024	01/01/2025	Sem impactos relevantes.

A partir de 01 de janeiro de 2026, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais estão descritos abaixo, assim como seus impactos para à Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CBPS nº 01: Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade	IFRS S1 e S2	12/09/2024	01/01/2026	Trata dos requisitos e diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as novas normas terão na prática atual.
Pronunciamento Técnico CBPS nº 02: Divulgação de Informações Climáticas				A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A Companhia não realizará adoção antecipada da referida norma.
CPC 51: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	IFRS 18	09/04/2024	01/01/2027	O IASB emitiu emendas aos pronunciamentos IFRS 9 e IFRS 7 ampliando as exigências de divulgação para instrumentos financeiros vinculados a contratos de fornecimento de energia oriundos de fontes naturais variáveis (como vento e irradiância solar). As alterações reforçam a necessidade de evidenciar riscos associados à intermitência da geração, variações contratuais e impactos financeiros decorrentes de mecanismos de liquidação no mercado regulado e livre. A Companhia não antecipará a adoção das alterações.
IFRS 9: Instrumentos financeiros e IFRS 7: Instrumentos financeiros divulgação	IFRS 9 e IFRS 7	30/05/2024	01/01/2026	

Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com exceção do CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis (IFRS 18), cuja adoção deverá resultar em alterações relevantes na forma de apresentação da demonstração do resultado, uma vez que exige a segregação consistente de receitas e despesas entre atividades operacionais, de investimento e de financiamento, além de introduzir a obrigatoriedade de divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, acompanhadas de reconciliações ao subtotal IFRS mais comparável, descrição da metodologia de cálculo e justificativa de relevância, a Companhia não espera impactos significativos decorrentes da adoção das demais normas em suas demonstrações financeiras.

5 Caixa e equivalentes de caixa e fundos vinculados

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e aplicações financeira com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e a liquidez de curto e longo prazo visando à continuidade dos seus negócios.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Bancos contas movimento	84	380
Aplicações financeiras (a)	2.071	451
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>2.155</u>	<u>831</u>

- (a) Referem-se à Fundos de Investimentos, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança no valor, tendo como remuneração 100,14% da taxa (DI) em 31 de dezembro de 2025 (98% em 31 de dezembro de 2024). Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do patrimônio líquido. Logo, esses investimentos são classificados como equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

b. Fundos vinculados

Os valores registrados como fundos vinculados representam contas-reserva destinadas à liquidação de dívidas da Controladora Ribeiro Gonçalves Holding S.A., atendendo às exigências contratuais definidas nos contratos de financiamento e debêntures firmados com as instituições financeiras credoras. A movimentação dessas contas obedece às características específicas de cada grupo de reserva.

Os fundos vinculados são classificados no ativo, baseando-se na expectativa de utilização dos saldos para a liquidação das obrigações de dívida.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Centralizadora (a)	1.506	2.554
Total	<u>1.506</u>	<u>2.554</u>
Circulante	-	2.554
Não circulante	1.506	-

- (a) **Centralizadora:** As contas centralizadoras são contas correntes geridas pelo banco administrador, constituídas exclusivamente para movimentação dos saldos relacionados aos financiamentos e são destinadas ao recebimento total dos direitos cedidos nos contratos de financiamento.

Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6 Contas a receber

As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo seu valor justo e são realizadas posteriormente pelos recebimentos do principal e podem ser reduzidas por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

Os saldos de contas a receber incluem valores gerados nas operações ordinárias da Companhia e estão segregadas nas naturezas abaixo demonstradas:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Transações MCP (a)	13	34
Transações Realizadas no ACL (b)	2217	1.111
Total	<u>2.230</u>	<u>1.145</u>

(a) Transações MCP (Mercado de Curto Prazo): saldo a receber decorre do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, que ajusta as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física registrada pela Companhia na CCEE à quantidade física efetivamente gerada, podendo representar um valor a receber ou a pagar.

(b) Transações realizadas no ACL (Ambiente de Contratação Livre): Venda de energia realizada através de negociações bilaterais entre os agentes do mercado e liquidadas na CCEE.

a. Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa

O critério utilizado pela Companhia para constituir PECLD é de análise individual, considerando expectativas futuras de problemas de liquidação. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não constituiu saldos de PECLD, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores.

7 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condições de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção e reparos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os custos e juros sobre financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados. Os custos de financiamentos são reconhecidos no resultado com base no método linear em relação às vidas úteis dos ativos fixos a que pertencem.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.

O reconhecimento da depreciação no resultado baseia-se no método linear, considerando as vidas úteis estimadas de cada parte do ativo imobilizado. Este método foi adotado por refletir mais adequadamente o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração avalia os prazos de autorização dos parques em face das taxas obtidas, aplicadas ao restante da vida útil dos ativos imobilizados, no intuito de assegurar que as vidas úteis remanescentes dos ativos não sejam superiores aos prazos de autorização dos parques eólicos.

Construção e benfeitorias	50 anos
Placa fotovoltaica	30 anos
Máquinas e equipamentos (geral)	26 anos
Inversor de frequência	15 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos e processamento de dados	5 anos

Os ganhos e as perdas na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica "Outros".

a. Composição do ativo imobilizado

Os valores dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

	2025				2024	
	Vida útil	Custo	Depreciação acumulada	Impairment (c)	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em andamento	-	82	-	-	82	260
Máquinas e equipamentos	26 anos	104.184	(5.144)	(24.021)	75.019	102.060
Edificações, obras civis e benfeitorias	50 anos	23.073	(1.143)	-	21.930	22.652
Móveis e utensílios	10 anos	1.153	(61)	-	1.092	1.132
Total		128.492	(6.348)	(24.021)	98.123	126.104

b. Movimentações do ativo imobilizado

	2024	Adição	Transferência	Baixa	Impairment (c)	Depreciação	2025
Imobilizado em andamento	260	49	(227)	-	-	-	82
Máquinas e equipamentos	102.060	-	227	-	(24.021)	(3.247)	75.019
Edificações, obras civis e benfeitorias	22.652	-	-	-	-	(722)	21.930
Móveis e utensílios	1.132	-	-	-	-	(40)	1.092
Total	126.104	49	-	-	(24.021)	(4.009)	98.123

	2023	Adição	Transferência	Baixa	Cessão (a)	Depreciação	2024
Imobilizado em andamento	4	257	(128.182)	(1)	128.182	-	260
Máquinas e equipamentos	-	-	103.956	-	-	(1.896)	102.060
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	23.073	-	-	(421)	22.652
Móveis e utensílios	-	-	1.153	-	-	(21)	1.132
Total	4	257	-	(1)	128.182	(2.338)	126.104

(a) Cessão de imobilizado realizada pela Controladora Ribeiro Gonçalves Energia Solar S.A. A Controladora Ribeiro Gonçalves Energia Solar S.A. cedeu ativos imobilizados às empresas operacionais do cluster, garantindo a correta alocação dos custos entre os respectivos parques solares. A operação foi realizada com base em um laudo de avaliação de ativos e aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) em 24 de junho de 2024. A transação ocorreu por meio de um aumento de capital na Companhia.

c. Redução ao valor recuperável de Ativos (Impairment)

Política contábil

A Companhia avalia, ao final de cada período de reporte, a existência de indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, em conformidade com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor recuperável de um ativo ou de uma Unidade Geradora de Caixa ("UGC") corresponde ao maior valor entre (i) o valor justo líquido de despesas de venda e (ii) o valor em uso. Quando o valor contábil excede o valor recuperável, é reconhecida perda por *impairment* no resultado do período.

Os testes de recuperabilidade são realizados no nível das UGCs, definidas como o menor grupo identificável de ativos capaz de gerar entradas de caixa em grande parte independentes de outros ativos ou grupos de ativos. No contexto operacional da Companhia, as UGCs correspondem substancialmente aos clusters operacionais e às sociedades de propósito específico detentoras de ativos de geração de energia.

O ativo testado inclui, principalmente, imobilizado que está diretamente relacionado à geração de caixa da respectiva UGC.

Identificação de indicadores de perda

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração identificou a existência de indicadores externos e internos de perda, nos termos do item 12 do CPC 01 (R1), principalmente relacionados a:

- Intensificação estrutural de restrições operativas do sistema elétrico (*curtailment/constrained-off*);
- Redução recorrente da geração efetiva;
- Eventos operacionais específicos (incêndio em ativo solar e incertezas regulatórias);
- Deterioração de indicadores financeiros na UGC (retorno inferior ao custo de capital e geração de valor negativa).

Em decorrência desses fatores, a UGC foi submetida ao teste de recuperabilidade.

Metodologia do teste de recuperabilidade

O valor recuperável das UGCs foi determinado com base no valor em uso do imobilizado, calculado a partir da projeção dos fluxos de caixa futuros operacionais (*Free Cash Flow to Firm – FCFF*), descontados a valor presente por taxa que reflete o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos dos ativos.

A Administração concluiu que o valor em uso representa a melhor estimativa do valor recuperável, uma vez que não existem evidências observáveis suficientes para determinação confiável do valor justo líquido de despesas de venda para os ativos analisados. As projeções:

- Foram elaboradas com base na proposta da diretoria para o orçamento para o período de 2026 a 2030;
- Consideram apenas fluxos de caixa diretamente atribuíveis à UGC;
- Não contemplam expansões futuras não comprometidas ou reestruturações ainda não aprovadas.

Premissas críticas utilizadas no cálculo do valor em uso

As estimativas do valor recuperável envolvem julgamentos significativos da Administração, especialmente em relação às premissas a seguir.

(i) Premissas de geração de energia

As projeções de geração física foram elaboradas com base:

- No histórico recente de desempenho dos ativos;
- Em dados técnicos atualizados de recurso solar;
- Em percentis estatísticos de probabilidade de geração.

A adoção dos percentis reflete probabilidade mais elevada de cenários de geração inferiores à mediana histórica, alinhando as projeções ao desempenho efetivamente observado e ao ambiente operacional recente.

Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Impactos de restrições operativas (*curtailment*)

A Companhia incorporou nas projeções os impactos recorrentes de restrições sistêmicas de despacho (*curtailment*), que têm afetado estruturalmente a conversão da geração potencial em energia efetivamente entregue ao sistema. As premissas consideram:

- Para 2026: nível equivalente ao observado em 2025;
- Para períodos subsequentes: projeções divulgadas pelo ONS e análises internas de tendência estrutural do sistema.

A Administração entende que o *curtailment* observado deixou de ter natureza episódica e passou a representar fator estrutural relevante na formação dos fluxos de caixa futuros, sendo refletido diretamente na estimativa de receita e geração efetiva. Foram considerados nas projeções o reembolso dos valores de *curtailment* conforme previsto na Lei nº 15.269.

(iii) Preços de energia

As projeções de preços de energia foram baseadas em:

- Curvas *forward* atualizadas para o curto prazo;
- Referências de longo prazo provenientes de trabalho contratado junto a empresa especializada em estudos do setor elétrico;
- Avaliações internas consistentes com o ambiente regulatório vigente.

A Companhia não utilizou premissas de recuperação acelerada de preços ou cenários otimistas de mercado. As estimativas refletem condições de mercado observáveis na data-base do teste.

A combinação entre (i) adoção de percentis revisados de geração, baseados em dados históricos recentes e (ii) incorporação estrutural de *curtailment* reforça o caráter prudencial das projeções utilizadas no cálculo do valor em uso.

(iv) Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais (O&M e despesas administrativas diretamente atribuíveis às UGCs) foram projetados com base:

- No orçamento aprovado para 2026–2030;
- Em contratos vigentes de operação e manutenção;
- Em projeções consistentes de inflação de longo prazo.

Não foram considerados ganhos de eficiência não comprovados ou reduções estruturais ainda não implementadas.

(v) Investimentos (Capex)

As projeções incluem exclusivamente:

- Capex já comprometido contratualmente;
- Investimentos necessários à manutenção da capacidade operacional dos ativos;
- Projetos específicos aprovados (incluindo investimentos relevantes em determinados clusters).

Não foram considerados projetos de expansão não comprometidos ou melhorias operacionais ainda não aprovadas.

(vi) Taxa de desconto (WACC real)

Os fluxos de caixa foram descontados utilizando taxa equivalente ao Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) real de 8,20% ao ano. O WACC foi estimado com base em:

Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Estrutura de capital alvo observada no setor;
- Custo de capital próprio calculado via CAPM, considerando:
 - a) Taxa livre de risco compatível com títulos soberanos de longo prazo;
 - b) Beta setorial desalavancado e realavancado à estrutura alvo;
 - c) Prêmio de risco de mercado;
- Custo da dívida observado em operações comparáveis do setor;
- Benefício fiscal do endividamento;
- Prêmios de risco específicos quando aplicável.

Os fluxos de caixa foram elaborados em base real, sendo assegurada consistência entre a base dos fluxos e a taxa de desconto utilizada.

Sensibilidade das premissas

A recuperabilidade da UGC é sensível principalmente a alterações nas seguintes premissas:

- Nível de geração física (percentis adotados);
- Intensidade e duração do *curtailment*;
- Preços de energia no longo prazo;
- Taxa de desconto (WACC).

Alterações razoavelmente possíveis nessas premissas podem impactar materialmente o valor recuperável estimado.

Perda reconhecida no exercício

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu perda por redução ao valor recuperável no montante de 24.021, registrada na rubrica “Perda por redução ao valor recuperável” no resultado exercício.

UGC	Valor contábil imobilizado	Valor contábil da UGC	Valor recuperável (Valor em uso)	Perda reconhecida
Ribeiro Gonçalves - Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.	122.144	122.144	98.123	(24.021)

8 Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por encargos de materiais e serviços adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios. Inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. Os valores da conta fornecedores são formados pelos valores das notas fiscais e também através de provisões diversas.

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

	2025	2024
Materiais e serviços	373	124
Provisões diversas	633	6
Partes relacionadas	162	229
Total	1.168	359

Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 116.947 (R\$ 118.247 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 37.918.687 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (38.318.146 em 31 de dezembro de 2024).

Em 30 de junho e 5 de agosto de 2025, por meio de Assembleias Gerais Extraordinárias (AGE), foram aprovados aportes de capital social no montante total de R\$ 1.500, com correspondente aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa.

Em 18 de agosto de 2025, também mediante aprovação em AGE, foi deliberada a redução do capital social no montante de R\$ 2.800, sem impacto no saldo de caixa e equivalentes de caixa.

b. Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição de 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2025, não foram distribuídos dividendos devido a Companhia ter apurado prejuízo no exercício (em 31 de dezembro de 2024, houve a distribuição de dividendos no montante de R\$ 924).

c. Reserva legal

Será constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia absorveu R\$ 195 da reserva legal, devido a apuração de prejuízo no exercício (em 31 de dezembro de 2024, houve a constituição de reserva legal no montante de R\$ 195).

d. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia absorveu R\$ 2.773 da reserva de retenção de lucros, devido a Companhia ter apurado prejuízo no exercício (em 31 de dezembro de 2024 a Companhia realizou a destinação de R\$ 2.773).

10 Receita operacional líquida

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida nas transações de geração e venda de energia da Companhia são registrados na CCEE e são classificados no seguinte mercado:

- (i) ACL (Ambiente de Contratação Livre) - Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre.

Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir:

- (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, têm a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes;
- (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato;
- (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente através da entrega da energia, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados;
- (iv) Sem histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

PIS e COFINS

O PIS e a COFINS são calculados com base no regime cumulativo, aplicando-se as alíquotas de 0,65% para PIS e 3% para COFINS sobre a receita operacional da Companhia.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita bruta de energia elétrica	21.959	8.722
Total das receitas operacionais antes das deduções	<u>21.959</u>	<u>8.722</u>
PIS	(143)	(57)
COFINS	(646)	(273)
Deduções da receita	<u>(789)</u>	<u>(330)</u>
Receita operacional líquida	<u>21.170</u>	<u>8.392</u>
Volume gerado em MWh	48.469	36.508

Abaixo demonstramos a segregação de receita bruta por tipo de contrato:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
ACL (a)	21.483	8.318
MCP (b)	476	404
Total	<u>21.959</u>	<u>8.722</u>

(a) Ambiente de Contratação Livre

(b) Mercado de Curto Prazo – CCEE decorrente do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, ajustando as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física, podendo ter um efeito positivo ou negativo

Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11 Custos

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Depreciação	(4.009)	(2.338)
Encargos de conexão e transmissão	(2.457)	(1.102)
Compra de energia	(6.905)	-
Gastos com pessoas	(225)	-
Serviços de terceiros	(450)	-
Seguros	(192)	(122)
Taxas e alvarás diversos	(225)	-
Outros custos	(254)	(368)
Total	<u>(14.717)</u>	<u>(3.930)</u>

12 Despesas gerais e administrativas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Gasto com pessoal	(499)	(189)
Serviços de terceiros	(120)	(60)
Taxas e alvarás diversos	-	-
Legais, judiciais e publicações	-	(20)
Outras despesas	(82)	(31)
Total	<u>(701)</u>	<u>(300)</u>

13 Imposto de renda e contribuição social correntes

Lucro presumido

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% e 12%, respectivamente, sobre a receita bruta proveniente da venda de energia solar e a razão de 100% sobre as receitas financeiras as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida em 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social correntes do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 716 (R\$ 254 em 31 de dezembro de 2024). O quadro abaixo demonstra a apuração com base no lucro presumido:

	<u>2025</u>	
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>
Lucro presumido		
Receitas de operações com energia elétrica	21.959	21.959
Alíquota de presunção	8%	12%
Base de cálculo – presunção	1.757	2.635
Demais receitas	188	188
Base de cálculo	<u>1.945</u>	<u>2.823</u>
Alíquota nominal (15%)	15%	9%
Alíquota nominal (9%)	291	254
Base de cálculo - adicional de IRPJ	1.705	-
Adicional (10%)	171	-
Corrente	<u>462</u>	<u>254</u>

Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	
	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro presumido		
Receitas de operações com energia elétrica	8.722	8.722
Alíquota de presunção	8%	12%
Base de cálculo – presunção	698	1.047
Demais receitas	4	4
Base de cálculo	702	1.051
Alíquota nominal (15%)	105	-
Alíquota nominal (9%)	-	95
Base de cálculo - adicional de IRPJ	537	-
Adicional (10%)	54	-
Corrente	159	95

14 Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos, para os quais são constituídas provisões quando é provável uma saída de recursos para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser realizada. Os passivos avaliados como risco possível e remoto não são provisionados, sendo que, os processos avaliados como risco possível são divulgados em notas explicativas. A probabilidade de saída de recursos é baseada em avaliação e qualificação dos riscos. Essa avaliação é embasada pelo julgamento e pela experiência da Administração da Companhia, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia com base nessa avaliação, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso.

Não existem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e administrativas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível.

15 Partes relacionadas

a. Ativo

	2025	2024
Mútuo Financeiro		
Ribeiro Goncalves Holding	2.200	4.410
Total	2.200	4.410

b. Passivo

	2025	2024
Fornecedores partes relacionadas		
Echoenergia Participações S.A. (a)	162	229
Total	162	229
Dividendos a Pagar		
Ribeiro Gonçalves Energia Solar SPE Ltda.	924	924
Total	924	924
Partes relacionadas		
Ribeiro Gonçalves Energia Solar SPE Ltda. – Redução de capital	3.113	12.570
Ribeiro Gonçalves Solar VIII S.A. – Mútuo a pagar	-	5
Total	3.113	12.575
Total	4.199	13.728

Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Resultado

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Compartilhamento de custos (a)	(266)	(119)
Compartilhamento de despesas (a)	(717)	(290)
Total	<u>(983)</u>	<u>(409)</u>

(a) A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas e custos a pagar, com a Echoenergia Participações S.A. O critério de rateio se dá com base na receita de cada companhia participante do contrato em relação ao total de receita consolidada da controladora. O saldo em aberto possui expectativa de liquidação em 2026. Os principais gastos compartilhados são:

- Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação;
- Despesas legais e advocatícias e seguros.

d. Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2025, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações. Os administradores da Companhia são remunerados pela Echoenergia Participações S.A., a qual repassa as respectivas remunerações, guardando o critério de proporcionalidade estabelecido para a Companhia por meio de contrato firmado com a Companhia.

Adicionalmente, os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros saldos esporádicos de transações com a Companhia.

16 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de financiamentos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- **Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** são os passivos financeiros que sejam:
 - (i) mantidos para negociação no curto prazo,
 - (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente;
 - (iii) derivativos.

Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes.

A Companhia não possui passivos financeiros classificados nessa categoria.

- **Mensurados subsequentemente ao custo amortizado:** são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. A Companhia possui um comitê instaurado permanentemente, que tem por finalidade analisar todos os fatores internos e externos que possam aumentar o risco de crédito, cambial e de liquidez atrelados as operações com instrumentos financeiros.

Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros e o risco de crédito de seus ativos financeiros. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia são monitoradas semanalmente com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e liquidez da Companhia.

A Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. Os derivativos foram contratados somente com o intuito de proteger o caixa da Companhia para com suas obrigações expostas ao risco cambial.

Classificação dos instrumentos financeiros

	Nota	2025		2024	
		Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros					
Bancos	5.a	84	-	380	-
Aplicações financeiras	5.a	-	2.071	-	451
Fundos vinculados	5.b	-	1.506	-	2.554
Contas a receber	6	2.230	-	1.145	-
Passivos financeiros					
Fornecedores	8	1.168	-	359	-

Valor justo dos instrumentos financeiros

	Nota	Nível (a)	2025		2024	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Bancos e aplicações financeiras	5.a	Nível 2	2.155	2.155	831	831
Fundos vinculados	5.b	Nível 2	1.506	1.506	2.554	2.554
Contas a receber	6	Nível 2	2.230	2.230	1.145	1.145
Total			5.891	5.891	4.530	4.530
Fornecedores	8	Nível 2	1.168	1.168	359	359
Total			1.168	1.168	359	359

(a) A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

17 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

Risco operacional

A Companhia gerencia o risco operacional da seguinte maneira:

- Profissionais altamente treinados e capacitados.
- Contratos robustos de operação e manutenção.
- Processos sólidos e bem definidos.
- Análises diárias, semanais, mensais da capacidade operacional, bem como dos fatores internos e externos atrelados à operação.

Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Acompanhamento dos sistemas de gestão e aplicação das políticas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança.
- Centro de controle operacional de alta tecnologia.
- Monitoramento de matriz de risco.
- Gestão do relacionamento com a comunidade.

Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras e contas a receber é administrado pela tesouraria bem como por um Comitê permanente de acordo com as políticas por estes estabelecidas. Os recursos excedentes de caixa e equivalentes de caixa são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas, com rating AAA, em acordo com a política aprovada pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Abaixo são demonstrados os saldos contábeis suscetíveis ao risco de crédito:

	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.155	831
Fundos vinculados	5	1.506	2.554
Contas a receber	6	2.230	1.145
Total		5.891	4.530

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

2025	Nota	Fluxos de Caixa contratuais		
		Valor contábil	Fluxos de caixa futuros	Até 12 meses
Fornecedores	8	1.168	(1.168)	(1.168)
Total		1.168	(1.168)	(1.168)

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de taxas de juros

A Companhia entende que os riscos de taxas de juros estão ligados a possibilidade de perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas de relatórios de mercado, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros e índices		2025	Sensibilidade				
			Provável	25%	50%	-25%	-50%
CDI (a)		14,90%	14,90%	18,63%	22,35%	11,18%	7,45%

Risco de redução (ativo)	Índice	2025	Sensibilidade				
			Provável	+ 25%	+ 50%	- 25%	- 50%
Aplicações financeiras	CDI	3.577	4.110	4.243	4.376	3.977	3.843
Total			533	133	266	(133)	(266)

(a) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo.

18 Compromissos contratuais e garantias

Aluguéis dos parques solares

A Companhia possui contratos de arrendamentos firmados, onde suas contraprestações são variáveis e calculadas com base na geração de energia.

19 Cobertura de seguros e garantias financeiras

Por estar exposta a possíveis sinistros em suas atividades operacionais e administrativas, a Companhia adota política de contratação de seguros e garantias financeiras a fim de garantir o funcionamento de suas operações, que estão sujeitas a (i) impactos negativos externos e falhas operacionais e (ii) eventuais reflexos de danos que impactam terceiros.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20 Informações complementares ao fluxo de caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, estabeleceu que as transações de investimentos e financiamentos que não envolvem o uso de caixa e equivalentes de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram realizadas as seguintes transações que não envolveram caixa ou equivalentes de caixa:

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>
Atividades de financiamento		
Redução de capital social	9	<u>2.800</u>
Total de atividades de financiamento		<u>2.800</u>

Diretoria Executiva

Liu Gonçalves de Aquino
Diretor Presidente

Raimundo Barretto Bastos
Diretor Financeiro

Bruno Ortega Janjacomo
Gerente Contábil
CRC 1SP-331491/O-4